

Mulheres, Empresas e o Direito

Fechando a Brecha – Melhorando as Leis de Proteção à Mulher contra a Violência



WORLD BANK GROUP

**PAULA TAVARES
BRASIL
NOVEMBRO 2017**

#WomenBizLaw

FECHANDO A BRECHA – MELHORANDO AS LEIS DE PROTEÇÃO À MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA

FECHANDO A BRECHA:
MELHORANDO AS LEIS DE PROTEÇÃO
À MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA



- *Mulheres, Empresas e o Direito* analisa o impacto da leis na participação econômica, social e política das mulheres.
- Desde 2015, o projeto começou a analisar leis que regulamentam a idade para o casamento no mundo todo e onde a legislação nacional ainda permite o casamento infantil.
- A análise tem por finalidade levantar dados objetivos e quantitativos para conscientizar e informar formuladores de políticas sobre leis que afetam negativamente a meninas e mulheres.

ÁREAS ESTUDADAS POR MULHERES, EMPRESAS E O DIREITO

Acesso a Instituições



Obtenção de Emprego



Uso da Propriedade



Acesso aos Tribunais



Capacidade Creditícia



Incentivos ao Trabalho



Proteção da Mulher contra a Violência



173 economias e 7 indicadores

- Direito Constitucional
- Direito de Família
- Direito do Trabalho
- Direito de Propriedade
- Direito Penal
- Leis de Violência contra a Mulher
- Leis de Violência Doméstica
- Leis contra o Assédio Sexual
- Legislação sobre Casamento
- ...e mais

CASAMENTO INFANTIL – O QUE SIGNIFICA E SEUS IMPACTOS

- **União formal ou informal abaixo dos 18 anos de idade**
 - **UNICEF, Convenção Internacional dos Direitos da Criança e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**
- **Considerado uma violação dos direitos humanos e uma forma de violência que afeta principalmente meninas**
- **Com maior prevalência em países de baixa renda, mas afeta meninas em todo o mundo**
- **Inúmeras consequências para as meninas, suas famílias, comunidades e a sociedade**

CASAMENTO INFANTIL - INÚMERAS CONSEQUÊNCIAS

- **Maior risco de sofrer com resultados negativos na área de saúde, ter filhos mais cedo, abandonar a escola, ter menor renda ao longo da vida e permanecer em situação de pobreza**
- **Maior risco de sofrer de violência doméstica, ter menor mobilidade e limitada capacidade de fazer escolhas**
- **Meninas casadas antes dos 18 anos podem ser privadas de direitos básicos à saúde, educação e segurança**
- **Inúmeras consequências para as meninas, suas famílias, comunidades e a sociedade**

A VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS COMEÇA CEDO: CASAMENTO INFANTIL

15 milhões de meninas

menores de 18 anos se casam todos os anos. O casamento infantil leva a...



gravidez na adolescência

menor renda ao longo
da vida



suscetibilidade a abuso

menores níveis de
educação



Fonte: UNICEF. 2014. Ending Child Marriage: Progress and Prospects. New York, NY: UNICEF. http://www.unicef.org/media/files/Child_Marriage_Report_7_17_LR.pdf

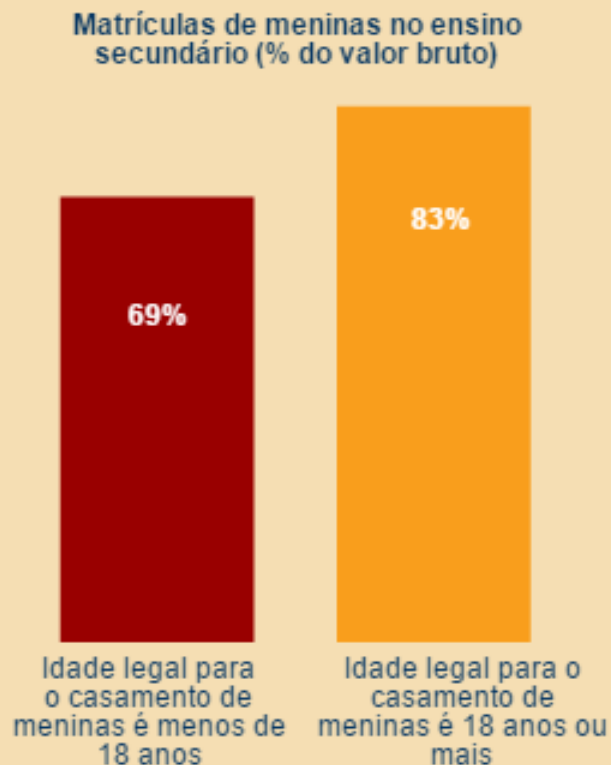


AINDA UMA PRÁTICA COMUM E LEGAL EM MUITOS PAÍSES DO MUNDO

- **Em 2015, o nosso projeto do Banco Mundial começou a coletar dados sobre leis de casamento infantil em todo o mundo.**
- **Na maioria dos países, a idade legal para o casamento é 18 anos ou mais, mas a maioria permite que uma menina se case mais jovem com consentimento dos pais, de um juiz, ou em outras circunstâncias, como no caso de gravidez.**
- **Esse é o caso do Brasil**
 - **Art. 1.517. O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.**
 - **Art. 1.520. Excepcionalmente, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil (art. 1517), para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez.**

O NÚMERO DE MATRÍCULAS DE MENINAS NO ENSINO SECUNDÁRIO É MAIS ALTO ONDE A IDADE LEGAL PARA ELAS SE CASAREM É 18

Mais meninas frequentam o ensino secundário quando a idade legal para o casamento é igual ou superior a 18 anos



MAS NÃO É SUFICIENTE FIXAR A IDADE LEGAL PARA O CASAMENTO EM 18 ANOS

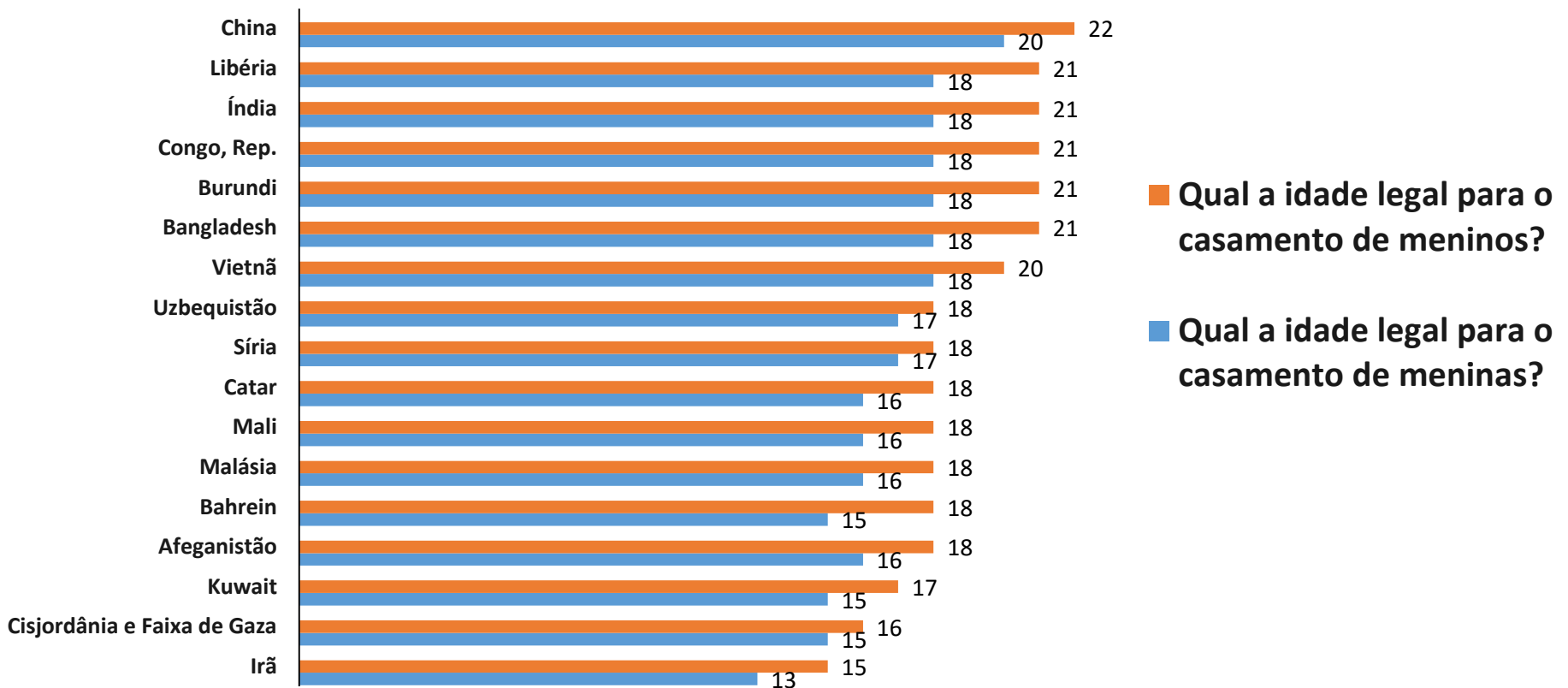
Mesmo quando a idade legal para o casamento é 18 anos ou mais, a maioria das economias abre exceções permitindo que as meninas se casem mais cedo

IDADE LEGAL PARA O CASAMENTO: 18 ANOS
(158 economias)

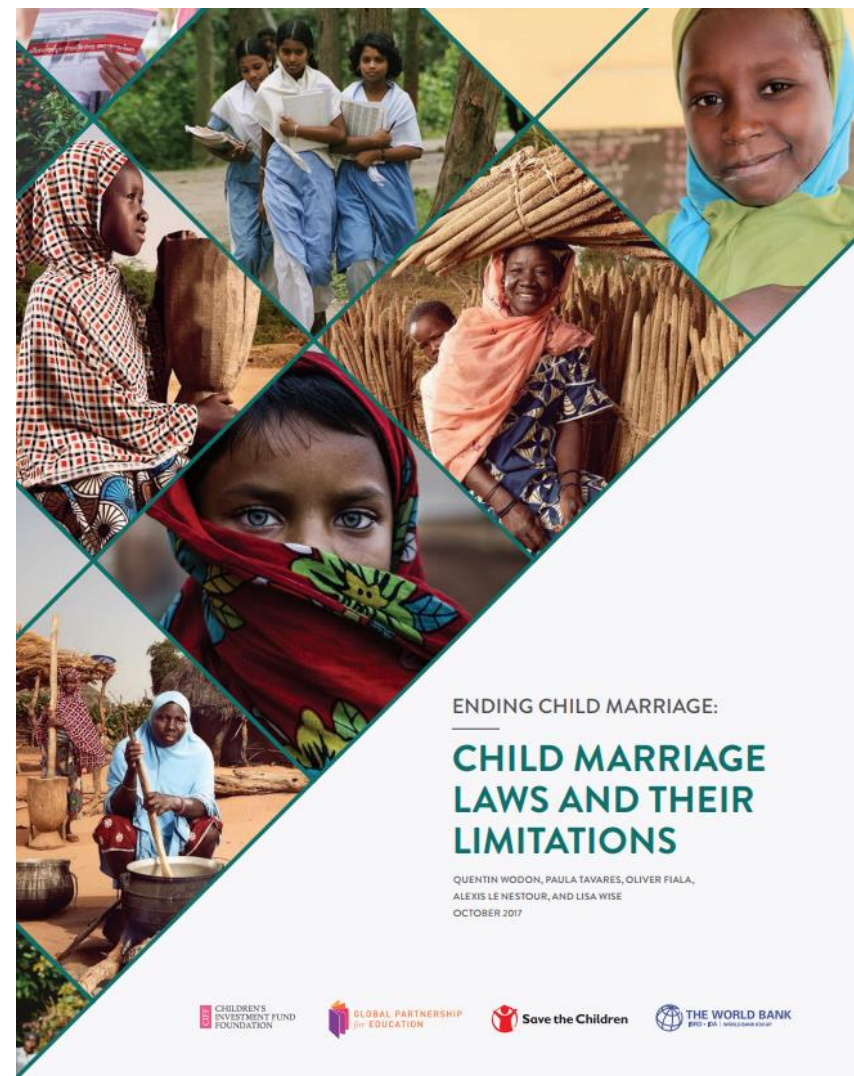


TODAS ECONOMIAS DA AMERICA LATINA E CARIBE ESTABELECEM A IDADE LEGAL PARA O CASAMENTO EM 18 ANOS OU MAIS

... diferentemente do resto do mundo.



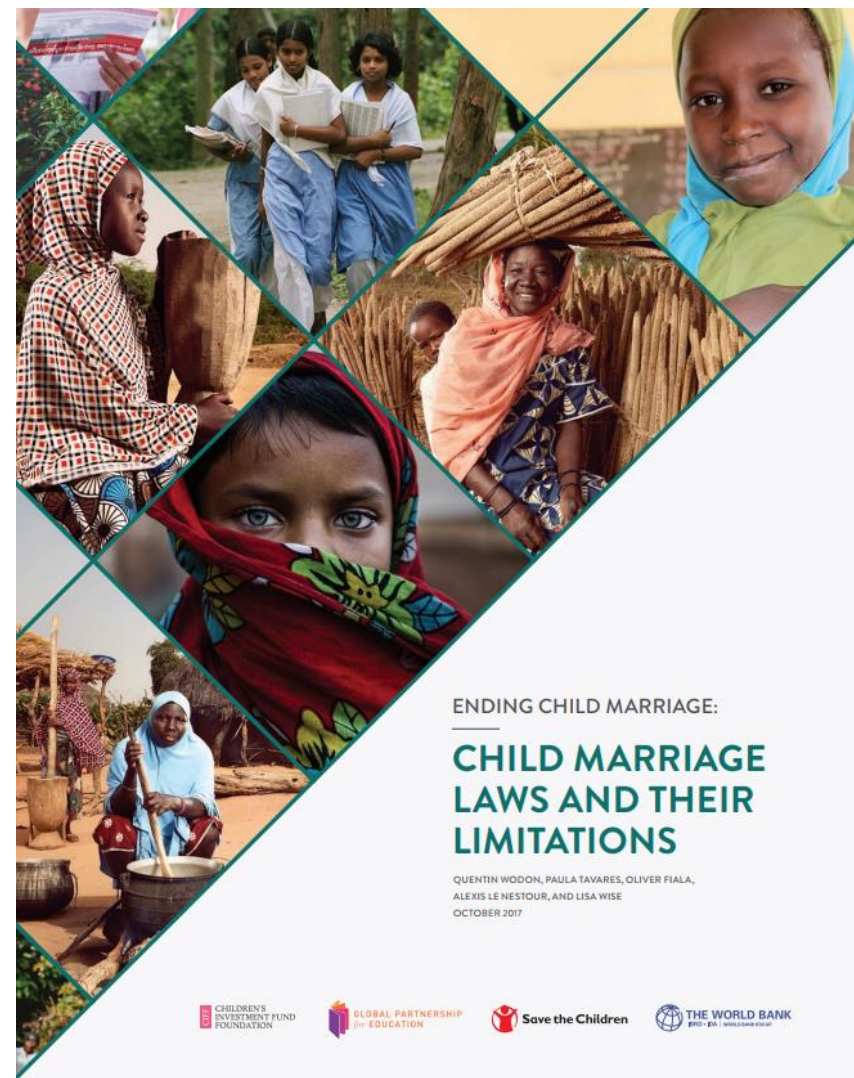
O IMPACTO DAS BRECHAS NO NUMERO DE MENINAS NÃO PROTEGIDAS POR LEI



- Cerca de 100 milhões de meninas em todo o mundo não estão protegidas contra o casamento infantil, considerando lacunas que permitem o casamento precoce com consentimento dos pais ou judicial.
- O impacto de reformas nas leis sobre o casamento entre 2015 e 2017 em um conjunto de 112 países é significativo.

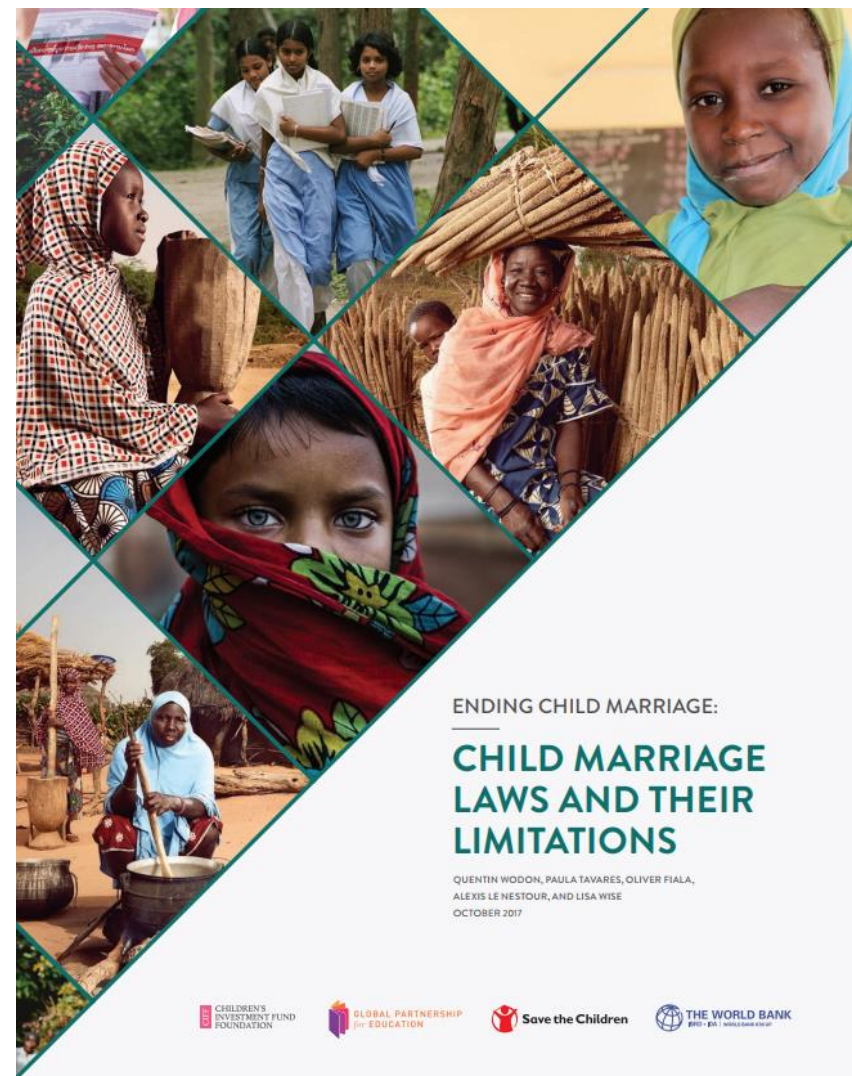
O IMPACTO DE REFORMAS LEGISLATIVAS NO NUMERO DE MENINAS NÃO PROTEGIDAS

- Entre 2015 e 2017, considerando a idade mínima com autorização dos pais, o número de meninas não protegidas por lei aumentou de 52,5 milhões para 58 milhões
- Considerando a idade mínima com autorização dos pais e judicial - 96,1 milhões de meninas não estão protegidas contra o casamento infantil em 2017



O IMPACTO DAS BRECHAS NA LEI NO BRASIL

- Considerando a idade mínima com autorização dos pais, o número de meninas não protegidas no Brasil é de aproximadamente 3 milhões
- Isso sem considerar a exceção no caso de gravidez



MUITOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE ESTÃO ELIMINANDO AS BRECHAS QUE PERMITEM QUE AS MENINAS SE CASEM ANTES DE 18 ANOS

Até pouco tempo atrás, uma menina no Equador podia se casar aos 12 anos com consentimento dos pais. Uma reforma em 2015 eliminou esta exceção.

As meninas na Venezuela podem se casar aos 14 com consentimento dos pais, mas não há idade mínima para o casamento no caso de gravidez.

Embora o Brasil estipule em 18 anos a idade legal para o casamento de meninas e preveja a anulação do casamento infantil, a lei autoriza que meninas se casem com consentimento dos pais a partir dos 16 anos e em qualquer idade no caso de gravidez.



A LEGISLAÇÃO ESTÁ AVANÇANDO - REFORMAS RECENTES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE



Nicaragua

O novo código de família aumentou a idade mínima para o casamento de meninos e meninas de 14 para 16 anos.



Uruguai

Uruguai aumentou a idade mínima para o casamento com consentimento dos pais para 16 anos.

Argentina, Guatemala e Paraguai

Argentina, Guatemala e Paraguai também aumentaram para 16 anos a idade mínima para casamento com consentimento ou autorização judicial.

Costa Rica, Equador e Panamá

Aumentaram para 18 anos a idade de casamento e eliminaram todas as exceções.

O QUE OS PAÍSES PODEM FAZER PARA ACABAR COM CASAMENTO INFANTIL



Proibir

e invalidar o casamento infantil



Fixar

a idade legal mínima para o casamento de meninas em 18 anos



Remover

exceções à idade legal para o casamento



Punir

quem autoriza ou contrai um casamento infantil



A MAIORIA DOS PAÍSES PERMITE A ANULAÇÃO DE CASAMENTOS INFANTIS

Somente sete países na América do Sul preveem pena por autorizar ou por sabidamente desposar uma criança

O Brasil não é um deles

PUNIÇÃO PARA QUEM AUTORIZA OU CELEBRA CASAMENTO INFANTIL OU PRECOCE



Ecuador

Código Civil, Art. 89

A oficial que celebrar o casamento de um menor de 16 anos sem o consentimento dos pais será destituído de seu cargo.



Guyana

Lei sobre o Casamento, Art. 69

Qualquer oficial que sabidamente realizar ou permitir a realização de um casamento considerado nulo e sem efeito será culpado de um delito e sujeito a uma pena de prisão de dois anos.



Peru

Código Penal, Art. 141

O oficial que celebrar um casamento ilegal estará sujeito a pena de prisão de dois a cinco anos e impedido de trabalhar durante dois a três anos.



Suriname

Código Penal, Arts. 289 e 442

Aquele que contrair casamento inválido está sujeito a pena de até quatro anos de prisão. O escrivão civil que celebrar um casamento sabendo que existem impedimentos legais está sujeito a pena de prisão de até dois anos ou de multa de até trezentos florins.



Uruguay

Código Civil, Arts. 115 e 204

O oficial que celebrar o casamento em contravenção aos requisitos de idade está sujeito a uma pena de prisão de 3 a 24 meses e suspensão do cargo de 2 a 6 anos..



Venezuela

Código Civil, Art. 133

O oficial que atuar em contravenção aos dispositivos relativos ao casamento estará sujeito a pena de dois a cinco mil bolívares.

Women, Business and the Law

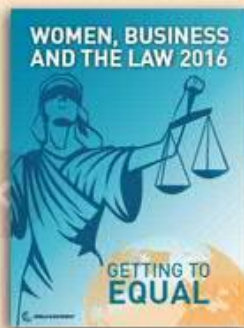
WBL Home

- Economy Data ▶
- Indicator Data ▶
- Methodology
- Contributors
- All Editions
- Media
- About Us

CONTACT

2121 Pennsylvania

New Report



Women, Business and the Law 2016: Getting to Equal

» *Getting to Equal* measures legal and regulatory barriers to women's entrepreneurship and employment in 173 economies. It provides quantitative measures of laws and regulations that affect women's economic opportunities in seven areas: accessing institutions, using property, getting a job, providing incentives to work, going to court, building credit and protecting women from violence.

» [Download Report \(PDF, 3MB\)](#)

GETTING TO
EQUAL

FIQUE EM CONTATO CONOSCO

 **#WomenBizLaw**

 **www.facebook.com/womenbusinesslaw**

